

ELEIÇÃO DE PREFEITOS DE DIREITA E TAXA DE HOMICÍDIOS: EVIDÊNCIAS DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS ACIRRADAS NO BRASIL

Dyego Matheus Vigilato de Souza ¹
Graziella Magalhães Candido de Castro ²

RESUMO: A literatura internacional tem mostrado que a eleição de candidatos de diferentes espectros ideológicos pode estar associada a variações em indicadores de criminalidade e violência. No Brasil, entretanto, ainda são escassos os estudos que investigam essa relação no contexto das eleições municipais. Diante disso, este artigo investiga se, em eleições municipais acirradas entre candidatos de direita e de esquerda, a vitória de um candidato de direita está associada a diferenças na taxa de homicídios do município. Para isso, foi utilizada uma Regressão Descontínua (RDD) do tipo Sharp, aplicada às eleições municipais brasileiras realizadas entre 2000 e 2020. Os resultados não apresentaram evidências de que a eleição de prefeitos de direita esteja associada a alterações na taxa de homicídios um, dois ou três anos após as eleições. Os testes de robustez e as diferentes configurações de disputas ideológicas produziram resultados consistentes com a especificação principal. Os resultados divergem da maior parte da literatura internacional, mas corroboram estudos que não encontram relação entre a ideologia dos governantes e indicadores de criminalidade. O trabalho contribui para a literatura ao fornecer evidências inéditas para o contexto brasileiro e abre espaço para novas investigações que avaliem se os resultados podem ser diferentes quando há alinhamento ideológico entre prefeito e governador ou entre prefeitos de municípios vizinhos.

PALAVRAS-CHAVE: Regressão Descontínua; Eleições Municipais; Homicídios.

ABSTRACT: International literature has shown that the election of candidates from different ideological backgrounds may be associated with variations in crime and violence indicators. In Brazil, however, studies investigating this relationship in the context of municipal elections remain scarce. This article examines whether, in closely contested municipal elections between right-wing and left-wing candidates, the victory of a right-wing candidate is associated with differences in municipal homicide rates. To this end, a Sharp Regression Discontinuity Design (RDD) was applied to Brazilian municipal elections held between 2000 and 2020. The results provide no evidence that the election of right-wing mayors is associated with changes in homicide rates one, two, or three years after the election. Robustness checks and alternative ideological contest configurations produced results consistent with the main specification. These findings differ from most of the international literature but are consistent with studies that find no relationship between the political ideology of elected officials and crime indicators. The study contributes to the literature by providing novel evidence for the Brazilian context and opens avenues for further research to assess whether the results may differ when there is ideological alignment between mayors and governors or between mayors of neighboring municipalities.

KEYWORDS: Regression Discontinuity Design; Municipal Elections; Homicide Rates.

Área de avaliação: Economia Social e do Trabalho.

JEL: C21, D72, K42.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE-UFJF)

²Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE-UFJF)

1 INTRODUÇÃO

O Brasil figura entre os 15 países com as maiores taxas de homicídio do mundo, com 20,5 homicídios por 100 mil habitantes em 2021, comparado a uma taxa global de 5,1 homicídios por 100 mil habitantes. Essa taxa representa um total de 45 mil homicídios em 2021, o maior número absoluto de homicídios do mundo (United Nations Office on Drugs and Crime, 2023). Diante desse cenário, faz-se necessário investigar fatores capazes de alterar essa taxa. A literatura busca compreender diferentes fatores e políticas associados à redução da criminalidade, entre eles a possibilidade de que a ideologia do representante eleito influencie esse resultado, uma vez que diferentes grupos ideológicos tendem a defender distintas soluções para a segurança pública. Assim, este artigo investiga se, em eleições municipais acirradas, a vitória de um candidato de direita sobre um de esquerda está associada à taxa de homicídios.

Um dos elementos centrais do processo democrático são as eleições, por meio das quais são escolhidos os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo. As eleições municipais ocupam posição de destaque, pois os prefeitos são os representantes mais próximos dos cidadãos e lidam diretamente com problemas relacionados a áreas como educação, saúde, segurança pública e corrupção (Wampler, 2004; Rocha; Fernandez Orellano; Bugarin, 2018). Essa proximidade permite que os eleitores avaliem o desempenho dos governantes e os julguem conforme sua atuação (Ferraz; Finan, 2011; Wampler, 2004).

O Brasil possui uma estrutura federativa em que cada ente desempenha funções específicas. Enquanto saúde e educação são competências compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, a segurança pública concentra-se principalmente nos estados, responsáveis pela principal força de policiamento ostensivo. Embora os prefeitos não tenham controle direto sobre essas forças, os municípios podem dispor de guardas municipais e implementar políticas capazes de influenciar a criminalidade. A literatura apresenta evidências de que medidas como iluminação pública (Domínguez; Asahi, 2019; Arvate *et al.*, 2018) e sistemas de videomonitoramento (Munyo; Rossi, 2020; Gómez; Mejía; Tobón, 2021) contribuem para a redução da violência. Assim, apesar de suas limitações institucionais, os prefeitos dispõem de instrumentos capazes de influenciar a segurança pública, tornando relevante investigar se diferentes espectros ideológicos produzem resultados distintos nessa área.

Como diferentes grupos políticos apresentam concepções distintas sobre a segurança pública, a eleição de candidatos de diferentes espectros ideológicos pode estar associada a diferentes resultados. No Brasil, representantes da direita tendem a defender políticas voltadas ao fortalecimento do policiamento ostensivo e à manutenção da ordem, enquanto representantes da esquerda enfatizam ações preventivas e a superação de problemas estruturais, como a desigualdade (Cifali; Azevedo, 2017; Pereira; Ribeiro, 2020; Laterzo-Tingley, 2024). Entretanto, a literatura ressalta que, na prática, as políticas adotadas frequentemente se sobrepõem (Laterzo-Tingley, 2024). Ainda assim, permanece a questão de se a eleição de prefeitos de diferentes espectros ideológicos está associada a diferentes resultados sobre a criminalidade.

Com o objetivo de investigar se, em eleições municipais acirradas entre candidatos de direita e de esquerda, a vitória de um candidato de direita está associada a diferenças na taxa de homicídios do município, foi utilizada uma Regressão Descontínua (RDD) para as eleições municipais realizadas em 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. A direita foi definida como grupo de tratamento por representar o espectro ideológico mais frequentemente associado, no debate público e na literatura, a propostas de maior rigor na segurança pública. Assim, o objetivo não é avaliar políticas

específicas implementadas pelos prefeitos, mas verificar se a eleição de um prefeito de direita, em comparação à eleição de um prefeito de esquerda, está associada a diferenças na taxa de homicídios.

Não foram encontradas evidências de que a eleição de prefeitos de direita esteja associada à taxa de homicídios um, dois ou três anos após as eleições. Apenas a taxa de homicídios três anos após a eleição de 2008 apresentou coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 5%, indicando aumento de 8,176 homicídios por 100 mil habitantes. Como esse resultado foi observado apenas em uma eleição, não é possível identificar um padrão consistente. Os testes de robustez, realizados por meio da alteração do polinômio da especificação e da redução da largura de banda, produziram resultados consistentes com a especificação principal.

Também foi investigado se a ausência de significância era específica das disputas entre direita e esquerda ou se se estendia às demais configurações ideológicas. Não foram encontrados resultados significativos para as demais combinações analisadas, indicando ausência de evidências de relação entre a ideologia do prefeito eleito e a taxa de homicídios. Esses resultados sugerem a necessidade de investigar se o alinhamento ideológico entre prefeitos, governadores ou municípios vizinhos pode fortalecer a coordenação entre entes federativos e ampliar a capacidade de implementação de políticas relacionadas à segurança pública.

Os resultados encontrados divergem daqueles observados na literatura internacional. No contexto de eleições acirradas para o México, foi encontrado que vitórias do Partido de Ação Nacional (PAN), partido conservador e pioneiro na luta antidrogas no país, estiveram associadas ao aumento da violência relacionada ao tráfico de drogas (Dell, 2015). Além disso, mostra-se que, em condados do sul dos Estados Unidos, a derrota por pequena margem do Partido Democrata Anti-Negro esteve associada ao aumento da violência racial contra a população negra (Testa; Williams, 2026). No contexto indiano, verificou-se que vitórias apertadas do Partido do Congresso Indiano reduziram a probabilidade de conflitos étnico-religiosos (Nellis; Weaver; Rosenzweig, 2016). Para as eleições municipais colombianas, observou-se que vitórias apertadas de candidatos de esquerda resultaram em aumento de ataques promovidos por grupos paramilitares de extrema direita como forma de retaliação (Fergusson *et al.*, 2021). Por fim, para o Reino Unido, verificou-se que vitórias apertadas de candidatos pertencentes a minorias étnicas aumentaram os crimes de ódio locais e a cobertura negativa da mídia direcionada a esses grupos. Contudo, esses estudos foram realizados em países com estruturas institucionais distintas da brasileira. Por outro lado, a ausência de evidências de relação entre a eleição de prefeitos e indicadores criminais também encontra respaldo na literatura. Para os Estados Unidos, por exemplo, foi encontrado que, em eleições acirradas, a filiação partidária do prefeito não apresenta impactos sobre as taxas gerais de criminalidade (Benedictis-Kessner *et al.*, 2025).

Este artigo contribui para a literatura de segurança pública ao aplicar a análise de eleições acirradas ao contexto brasileiro e indicar que não há evidências de que a eleição de prefeitos de direita esteja associada à taxa de homicídios municipal. Além disso, abre espaço para investigações futuras sobre se essa ausência de relação pode ser superada quando prefeitos da mesma ideologia cooperam entre si ou quando prefeitos, governadores e presidentes compartilham a mesma ideologia, como já investigado pela literatura internacional (Depetris-Chauvin; Durante; Gutierrez, 2025; Hossain; Hossain, 2024).

Além desta seção introdutória, este trabalho está organizado em outras seis seções. A segunda apresenta o contexto institucional da segurança pública e das eleições no Brasil, bem como a classificação ideológica utilizada. A terceira e a quarta seções apresentam, respectivamente, a base de dados e a metodologia adotada. Os resultados são apresentados na quinta seção, enquanto

a sexta reúne os testes de robustez. Por fim, a sétima seção apresenta as conclusões.

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL

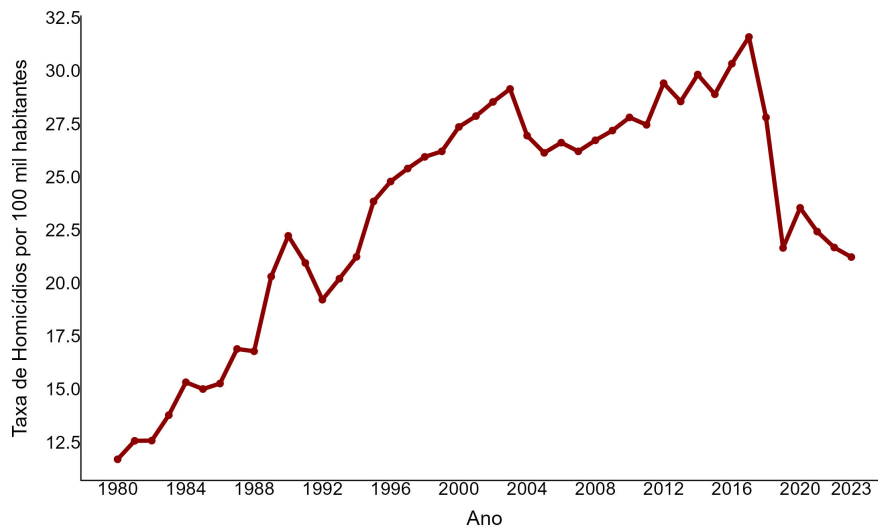
2.1 Criminalidade e Segurança Pública

Em 2021, o Brasil apresentou uma taxa de 20,50 homicídios por 100 mil habitantes, valor quase quatro vezes superior ao observado globalmente, de 5,8 homicídios por 100 mil habitantes. No mesmo ano, o país possuía a 11^a maior taxa de homicídios da América Latina e Caribe e a 2^a maior da América do Sul, atrás apenas da Colômbia (United Nations Office on Drugs and Crime, 2023).

A Figura 1 mostra que a taxa de homicídios cresceu continuamente entre as décadas de 1980 e 2010, atingindo seu pico em 2017, com 31,59 homicídios por 100 mil habitantes. A partir de 2018 observa-se redução, mantendo-se entre 21 e 24 homicídios por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023.

A literatura aponta diferentes fatores para essa trajetória. O crescimento observado entre as décadas de 1980 e 2000 é associado, entre outros fatores, ao aumento da desigualdade social e da circulação de armas de fogo (Cerqueira, 2014). Já a redução observada a partir dos anos 2000 tem sido relacionada ao Estatuto do Desarmamento, ao aumento da população carcerária, ao envelhecimento populacional (Cerqueira, 2014) e às mudanças na dinâmica das organizações criminosas (Feltran *et al.*, 2022).

Figura 1 – Taxa de homicídios no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IPEA.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública é responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, definindo as competências de cada ente federativo (Brasil, 1988). Entre as instituições responsáveis pela segurança pública estão a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, polícias penais e guardas municipais.

Enquanto a Polícia Federal e as polícias civis exercem funções de polícia judiciária e investigação criminal, a polícia ostensiva é responsável pela preservação da ordem pública e pela

prevenção de crimes. Essa função é desempenhada principalmente pelas polícias militares, além da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, guardas municipais e polícias penais (Barbosa, 2010; Fernandes, 2025). Em 2023, o Brasil contava com 404.871 policiais militares, 95.908 policiais civis e 12.900 policiais federais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Embora a organização institucional da segurança pública seja definida constitucionalmente, os governos possuem autonomia para definir prioridades e estratégias de atuação. De maneira geral, a literatura mostra que a direita concentra sua atuação em políticas mais punitivistas e voltadas ao fortalecimento das forças policiais, enquanto a esquerda enfatiza direitos humanos, prevenção da violência e redução de desigualdades. Entretanto, essas diferenças não são absolutas, havendo sobreposição entre as políticas adotadas pelos diferentes grupos ideológicos (Santos; Gontijo; Amaral, 2015; Campos; Azevedo, 2020; Lino; Duarte, 2024).

2.2 Eleições e classificação ideológica

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como define as competências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na organização das eleições (Brasil, 1988). As eleições são regulamentadas pela Lei nº 9.504/1997, que distingue eleições gerais e municipais, realizadas alternadamente a cada dois anos. Nas eleições municipais, são eleitos Prefeitos e Vereadores. Nos municípios com até 200 mil habitantes, é eleito o candidato a prefeito que obtiver a maioria dos votos válidos no primeiro turno. Nos municípios com mais de 200 mil habitantes, pode haver segundo turno, caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta dos votos válidos (Brasil, 1997).

Ao longo dos anos, o sistema partidário brasileiro passou por fusões, incorporações e mudanças de nomenclatura. Essas alterações podem modificar a estrutura dos partidos, mas nem sempre implicam mudanças em seu posicionamento ideológico (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

Para analisar a relação entre a eleição de prefeitos de direita e a taxa de homicídios, foi utilizada a classificação ideológica proposta por Power e Jr (2012) e Zucco e Power (2023). Essa classificação é construída a partir das Pesquisas Legislativas Brasileiras (BLS), respondidas por Deputados Federais e Senadores entre 1990 e 2021. Os autores estimam simultaneamente a posição ideológica dos partidos e dos respondentes por meio de um modelo bayesiano, utilizando parlamentares presentes em mais de uma onda como respondentes âncora, garantindo a comparabilidade das estimativas ao longo do tempo.

A classificação de Zucco e Power (2023) apresenta os partidos em uma escala entre -1 e 1, em que valores negativos representam partidos de esquerda e valores positivos representam partidos de direita. Partidos com valores entre -0,25 e 0,25 são classificados como de centro. Com base nesses pontos de referência, foram definidos sete grupos ideológicos. Em razão do número de observações disponíveis, esquerda e centro-esquerda foram agregadas na categoria esquerda, enquanto centro-direita e direita foram reunidas na categoria direita. Dessa forma, a classificação final compreende cinco grupos ideológicos: extrema-esquerda (EE), esquerda (E), centro (C), direita (D) e extrema-direita (ED). A agregação de categorias ideologicamente próximas é comum na literatura brasileira (Lucas; Samuels, 2010; Tarouco; Madeira, 2015), enquanto os extremos foram mantidos separados por apresentarem características distintas dos partidos moderados (Mudde, 2007).

Tabela 1 – Ideologia dos partidos (1997–2021)

Partido	2000	2004	2008	2012	2016	2020
CID	E	E	E	C	C	C
DEM	ED	D	D	D	ED	D
MDB	C	C	C	C	C	D
NOVO						D
PCdoB	EE	EE	E	E	E	E
PDT	E	E	E	E	E	E
PL	D	D	D	D	D	D
PODE					D	D
PP	ED	ED	D	D	D	D
PROS					C	C
PSB	E	E	E	E	E	C
PSC					D	D
PSD					D	D
PSDB	C	C	C	C	C	D
PSL						ED
PSOL			EE	EE	EE	EE
PT	EE	EE	E	E	E	E
PTB	D	D	D	D	D	C
PV				E	C	C
REDE					E	E
REP					D	D
SD					C	C

Nota: EE = extrema-esquerda; E = esquerda; C = centro; D = direita; ED = extrema-direita.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Zucco e Power (2023).

Como as ondas da BLS não coincidem com os anos das eleições municipais, adotou-se, sempre que possível, a classificação da onda imediatamente anterior à eleição. Quando o partido não estava presente nessa onda, utilizou-se a primeira onda posterior em que ele passou a ser observado. Esse procedimento foi aplicado apenas aos partidos criados entre duas ondas consecutivas da pesquisa.

Também foi verificado se fusões, incorporações e mudanças partidárias ocorridas entre a realização da pesquisa e a eleição poderiam alterar a classificação ideológica utilizada. Em todos os casos identificados, a posição ideológica permaneceu inalterada entre as ondas anterior e posterior às mudanças, indicando que essas alterações não comprometem a classificação adotada.

Como a classificação de Zucco e Power (2023) não contempla todos os partidos brasileiros, foram excluídas da amostra as eleições em que o primeiro ou o segundo colocado não puderam ser classificados. Ao todo, foram retiradas 3.223 eleições (10,24% do total), proporção que variou entre 6,90% e 13,42% conforme o ano eleitoral.

3 BASE DE DADOS

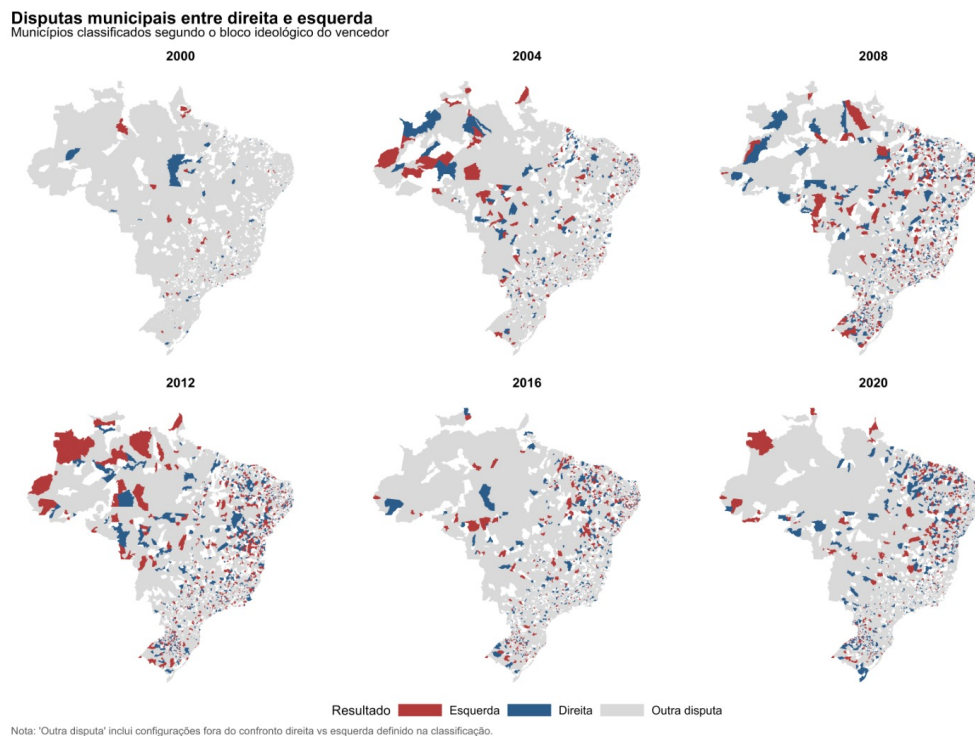
Foram utilizadas duas bases de dados principais. A primeira corresponde aos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contendo informações sobre as eleições municipais de

2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. Dessa base foram obtidos o município, os partidos dos candidatos, o número e o percentual de votos e o resultado da eleição. A partir dessas informações, foram mantidos apenas o primeiro e o segundo colocados de cada disputa.

Foram consideradas apenas eleições ordinárias, disputadas por dois ou mais candidatos, sem empates e decididas em primeiro turno. As eleições suplementares foram excluídas por decorrerem de circunstâncias excepcionais, enquanto eleições com empate ou candidato único não representam disputas eleitorais comparáveis. Também foram excluídas as eleições decididas em segundo turno, uma vez que a literatura mostra que, no primeiro turno, o voto tende a refletir de forma mais fiel as preferências dos eleitores, enquanto, no segundo turno, torna-se mais estratégico (Plutowski; Weitz-Shapiro; Winters, 2021).

Com base na classificação ideológica de Zucco e Power (2023), os candidatos foram classificados segundo o espectro ideológico de seus partidos. A amostra foi restrita às disputas entre candidatos de direita e de esquerda, mantendo-se apenas as eleições em que o vencedor era de direita e o segundo colocado de esquerda, ou vice-versa. A Figura 2 apresenta a distribuição espacial dessas disputas, evidenciando que elas ocorreram em todas as regiões do país, assim como as vitórias de ambos os grupos ideológicos.

Figura 2 – Disputas entre direita e esquerda

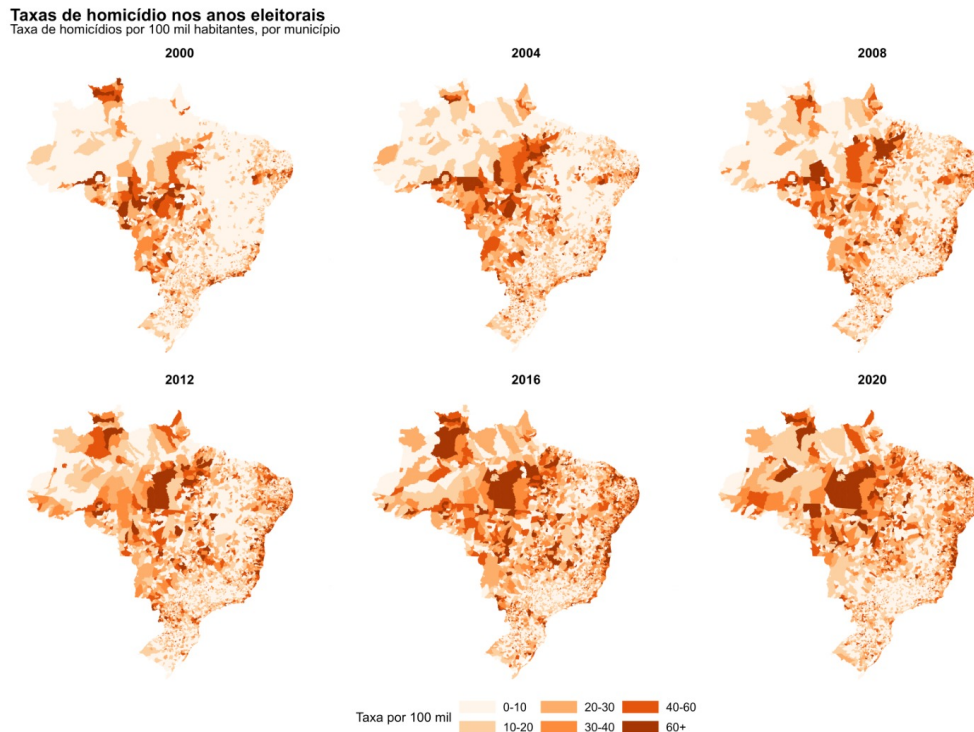


Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do TSE.

A segunda base utilizada foi a do DATASUS, que reúne informações sobre mortalidade no Brasil. A partir dela, foi calculado o número de homicídios registrados em cada município entre 2000 e 2023. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi obtida utilizando as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Figura 3 apresenta a distribuição espacial da taxa de homicídios nos anos eleitorais. Embora os homicídios apresentem maior concentração em determinadas regiões, observa-se que municípios com vitórias da direita e da esquerda estão distribuídos tanto em localidades com baixas quanto com elevadas taxas de homicídios.

Figura 3 – Distribuição espacial da taxa de homicídios



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do DATASUS.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas da amostra. Observa-se que os municípios em que a direita e a esquerda venceram apresentam taxas médias de homicídios bastante semelhantes no ano da eleição. O mesmo ocorre com o número de votos obtidos pelos candidatos. Ao todo, a amostra é composta por 4.284 disputas entre direita e esquerda, das quais 2.267 foram vencidas pela direita e 2.017 pela esquerda.

Entre 2000 e 2020, foram criados 63 novos municípios. Como a emancipação altera as características territoriais e socioeconômicas tanto dos novos municípios quanto dos municípios de origem, foram excluídos da amostra os municípios emancipados e seus respectivos municípios de origem apenas na eleição potencialmente afetada pela mudança territorial. Considerando apenas as disputas entre direita e esquerda, essa exclusão resultou na remoção de seis observações: três em 2000, uma em 2004 e duas em 2012. Os números apresentados na Tabela 2 já incorporam essas exclusões.

Tabela 2 – Estatística descritiva de homicídios e votos

	2000		2004		2008		2012		2016		2020	
	D	E	D	E	D	E	D	E	D	E	D	E
Homicídios												
Média	12,4	14,7	12,1	14,8	13,1	15,8	15,9	16,6	19,2	20,3	19,9	19,4
DP	16,1	18,7	17,7	19,9	18,7	20,7	20,4	19,5	22,4	23,2	24,8	23,3
Mín.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máx.	65,9	68,1	131,9	148,4	135,2	160,6	149,3	143,5	131,2	155,2	250,0	158,4
Votos												
Média	6897,9	9014,7	5698,6	6769,6	7883,1	10041,5	7719,7	7863,2	7623,0	7036,2	12628,4	6175,6
DP	10882,7	14941,2	12712,6	12208,3	19830,3	36177,0	17214,0	18907,8	18536,0	18374,7	48277,6	8091,2
Mín.	898	517	450	643	521	448	607	510	632	556	641	666
Máx.	80161	78869	170162	123798	319831	593778	195967	349335	250390	323308	779408	76285
Obs.	64	47	242	223	521	475	533	542	395	383	512	347

Nota: D = direita; E = esquerda.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

4.1 Metodologia

Para investigar se a eleição de um prefeito de direita está associada à taxa de homicídios do município, foi utilizada uma Regressão Descontínua (RDD). Conforme Lee e Lemieux (2010), eleições acirradas podem ser interpretadas como um experimento aleatório local, pois municípios próximos ao ponto de corte tendem a ser semelhantes em características observáveis e não observáveis. Dessa forma, diferenças entre os grupos podem ser associadas ao tratamento.

Neste trabalho, a regra de atribuição do tratamento decorre do resultado da eleição: municípios em que o candidato de direita obtém mais votos que o candidato de esquerda recebem o tratamento. Como essa regra determina perfeitamente quem recebe o tratamento, foi utilizado um modelo de RDD do tipo *Sharp*.

A *running variable* corresponde à margem de vitória do candidato de direita sobre o candidato de esquerda, calculada pela diferença entre os percentuais de votos. Valores positivos indicam vitória da direita, enquanto valores negativos indicam vitória da esquerda. Assim, o ponto de corte (*cutoff*) é igual a zero. O grupo de tratamento é composto pelos municípios que elegeram prefeitos de direita, e o grupo de controle pelos municípios em que a esquerda venceu. O efeito estimado corresponde, portanto, à relação local entre a eleição de um prefeito de direita e a taxa de homicídios em municípios próximos ao ponto de corte.

As estimações utilizaram *bandwidths* ótimos calculados pelo método de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014), que busca equilibrar viés e variância. Como a largura de banda depende das características de cada eleição, cada pleito possui um *bandwidth* específico. Para 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, os *bandwidths* ótimos foram, respectivamente, 0,135; 0,107; 0,139; 0,141; 0,183; e 0,144. A eleição de 2000 contou com apenas 56 observações dentro da janela ótima, razão pela qual seus resultados devem ser interpretados com cautela.

A Eq. 1 foi utilizada para estimar a relação entre a eleição de um prefeito de direita e a taxa de homicídios um ano após a eleição:

$$hom_{m,t+1} = \alpha_1 + \beta_1 Direita_{mt} + \beta_2 Direita_{mt} \times f(MargemDireita_{mt}) + \beta_3(1 - Direita_{mt}) \times f(MargemDireita_{mt}) + \varepsilon_{mt} \quad (1)$$

em que m representa o município, t o ano da eleição, hom a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, $MargemDireita$ a margem de vitória do candidato de direita sobre o de esquerda e $Direita$ uma variável *dummy* igual a 1 para municípios que elegeram prefeitos de direita.

O parâmetro de interesse é β_1 , que representa o efeito médio local do tratamento no ponto de corte. A inferência foi realizada pelo método de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014), com correção robusta de viés (*Robust Bias-Corrected* – RBC). A especificação principal utiliza regressão local linear, conforme recomendação de Gelman e Imbens (2019), enquanto a forma quadrática é empregada apenas nos testes de robustez. As estimações utilizam *kernel* triangular, atribuindo maior peso às observações mais próximas do ponto de corte.

4.2 Estratégia Empírica

A validade do RDD depende de que municípios próximos ao ponto de corte sejam comparáveis. Para verificar essa condição, a Tabela 6, disponível no Apêndice, apresenta testes de diferença de médias entre municípios em que a direita venceu e aqueles em que a esquerda venceu.

Foram consideradas características socioeconômicas (expectativa de vida, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, Índice de Gini, IDHM, PIB e renda per capita), demográficas e geográficas (população, área, densidade populacional e temperatura média anual) e políticas (comparticipação eleitoral e ideologia do prefeito eleito na eleição anterior).

As variáveis foram construídas com base nas informações disponíveis mais próximas do ano anterior a cada eleição. Para as variáveis socioeconômicas, exceto o PIB, utilizaram-se os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O PIB, a população e as demais informações anuais foram obtidos para o ano imediatamente anterior à eleição. Os dados têm como fonte o IBGE, o programa Copernicus e o TSE.

Os resultados indicam que os grupos de tratamento e controle apresentam características bastante semelhantes. Apenas seis diferenças de médias foram estatisticamente significativas ao nível de 5%, distribuídas entre diferentes anos eleitorais, reforçando a comparabilidade entre os municípios próximos ao ponto de corte.

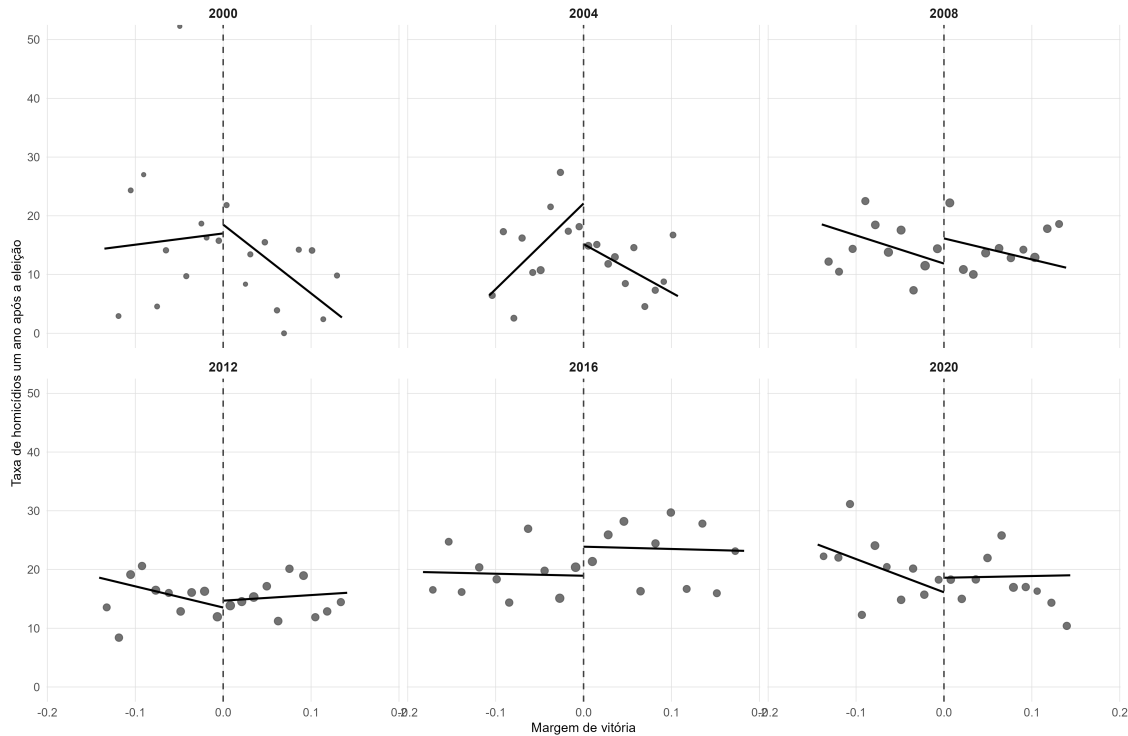
Outra condição para a identificação do efeito é a ausência de manipulação da *running variable*. Para verificar essa hipótese, foi aplicado o teste de densidade de McCrary (McCrary, 2008), cuja hipótese nula é a continuidade da densidade da variável de corte.

Além disso, estimou-se um RDD para cada covariável apresentada na Tabela 6, com o objetivo de verificar a existência de descontinuidades no ponto de corte. Nenhuma das covariáveis apresentou descontinuidade estatisticamente significativa. Os resultados do teste de McCrary indicaram continuidade da densidade para praticamente todas as eleições. Apenas em 2004 foi observado um p-valor de 0,08, sugerindo evidência marginal de descontinuidade ao nível de 10%, embora a inspeção visual não revele salto pronunciado no ponto de corte. Em conjunto, esses resultados reforçam a validade da estratégia empírica adotada.

5 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da relação entre a eleição de um prefeito de direita e a taxa de homicídios um ano após a eleição. A Figura 4 apresenta as estimações graficamente. Observa-se que, exceto para a eleição de 2004, as descontinuidades estimadas são positivas, indicando taxas de homicídios maiores nos municípios em que a direita venceu. Entretanto, essas diferenças são pequenas e visualmente pouco pronunciadas.

Figura 4 – Impacto na taxa de homicídios um ano após a vitória da direita



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 apresenta as estimativas para cada eleição. Nenhum dos coeficientes foi estatisticamente significativo ao nível de 10%, indicando ausência de evidências de que a eleição de prefeitos de direita esteja associada à taxa de homicídios um ano após a eleição.

Os resultados diferem da maior parte da literatura internacional, que encontra efeitos da eleição de candidatos de diferentes espectros ideológicos sobre homicídios, crimes de ódio e violência política (Dell, 2015; Nellis; Weaver; Rosenzweig, 2016; Testa; Williams, 2026; Zonszein; Grossman, 2025; Fergusson *et al.*, 2021). Por outro lado, corroboram evidências de que a filiação partidária dos governantes não apresenta relação com indicadores gerais de criminalidade (Benedictis-Kessner *et al.*, 2025).

Tabela 3 – Efeito da vitória de partidos de direita sobre a taxa de homicídios

	Eleições					
	2000	2004	2008	2012	2016	2020
<i>Direita</i>	1,500 (8,282)	-6,918 (4,678)	4,283 (3,371)	1,166 (2,297)	4,947 (4,231)	2,471 (3,844)
Observações	56	228	611	638	537	491
Observações esquerda	24	111	305	310	269	232
Observações direita	32	117	306	328	268	259
Bandwidth	0,135	0,107	0,139	0,141	0,183	0,144

Erros-padrão robustos entre parênteses.

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o objetivo de compreender a ausência de resultados significativos, foram realizadas duas análises adicionais. A primeira investigou se esse resultado é específico das disputas entre direita e esquerda ou se também ocorre em outras configurações ideológicas. A segunda buscou discutir se a limitada capacidade institucional dos municípios para implementar políticas de segurança pública pode explicar os resultados encontrados.

Na primeira análise, foram estimadas diferentes combinações de disputas entre os cinco grupos ideológicos considerados neste trabalho. Das 60 estimações realizadas, apenas quatro apresentaram significância estatística, distribuídas entre diferentes eleições e configurações ideológicas, sem qualquer padrão consistente. Esses resultados indicam que não há evidências de que a ideologia do prefeito eleito, independentemente da configuração analisada, esteja associada à taxa de homicídios.

A segunda análise concentrou-se nas competências institucionais dos municípios em segurança pública. Segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), entre 2002 e 2017 apenas 4,8% dos gastos públicos em segurança foram executados pelos municípios, enquanto os estados responderam por 81,8%. Esses dados refletem a concentração das políticas de policiamento ostensivo na esfera estadual.

Embora os prefeitos disponham de instrumentos capazes de influenciar a criminalidade, como iluminação pública, videomonitoramento e guardas municipais, sua capacidade de atuação é mais limitada quando comparada à dos estados. Dessa forma, a ausência de resultados pode estar relacionada não apenas à ideologia do prefeito eleito, mas também à limitada autonomia municipal na condução das políticas de segurança pública.

Essa interpretação abre espaço para futuras investigações sobre mecanismos de coordenação entre diferentes níveis de governo ou entre municípios governados por partidos da mesma ideologia. A literatura internacional mostra que esse tipo de alinhamento pode contribuir para a redução da violência (Depetris-Chauvin; Durante; Gutierrez, 2025; Hossain; Hossain, 2024), hipótese que permanece inexplorada para o contexto brasileiro.

Além da taxa de homicídios um ano após a eleição, também foram realizadas estimações para dois e três anos após a posse dos prefeitos, apresentadas na Tabela 4.

Os resultados para dois anos após a eleição permanecem consistentes com a especificação principal, não apresentando coeficientes estatisticamente significativos. Para três anos após a eleição, apenas a eleição de 2008 apresentou coeficiente significativo ao nível de 5%, indicando

aumento da taxa de homicídios. Como esse resultado não se repete nas demais eleições, não há evidências de um padrão consistente que permita associar a ideologia do prefeito à evolução da taxa de homicídios ao longo do mandato.

Tabela 4 – Homicídios dois e três anos após a eleição

	Eleições					
	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Painel A: $Y = hom_{m,t+2}$						
<i>Direita</i>	3,472 (8,919)	1,777 (3,525)	0,707 (2,910)	-0,014 (2,847)	3,193 (4,786)	2,604 (4,128)
Observações	56	329	654	756	497	528
Observações esquerda	24	164	324	374	249	250
Observações direita	32	165	330	382	248	278
Bandwidth	0,135	0,179	0,163	0,175	0,156	0,166
Painel B: $Y = hom_{m,t+3}$						
<i>Direita</i>	-3,774 (11,189)	-7,418 (4,815)	8,176** (3,624)	-2,103 (2,715)	0,338 (4,183)	-3,699 (4,444)
Observações	67	310	494	735	484	587
Observações esquerda	26	156	251	366	243	273
Observações direita	41	154	243	369	241	314
Bandwidth	0,167	0,164	0,106	0,169	0,150	0,196

Erros-padrão robustos entre parênteses.

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

6 ROBUSTEZ

Com o objetivo de verificar a robustez dos resultados, foram realizadas duas análises adicionais. Na primeira, a forma funcional da regressão local foi alterada de linear para quadrática, com recálculo do *bandwidth* ótimo. Na segunda, manteve-se a especificação linear, mas utilizou-se metade do *bandwidth* ótimo, restringindo a análise a observações mais próximas do ponto de corte.

Os resultados são apresentados na Tabela 3. No Painel A, observa-se que a especificação quadrática produz coeficientes muito semelhantes aos da especificação principal. Apenas a eleição de 2012 apresentou coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 10%, indicando um aumento de 7,735 homicídios por 100 mil habitantes.

O Painel B apresenta os resultados obtidos com metade do *bandwidth* ótimo. As estimativas permaneceram próximas às da especificação principal, sem resultados estatisticamente significativos ao nível de 10%. Apenas para a eleição de 2020 houve alteração no sinal do coeficiente, embora sem significância estatística.

De maneira geral, as mudanças na forma funcional e na largura de banda produziram apenas pequenas variações nos coeficientes estimados. Como as diferenças observadas ocorreram de forma pontual e não alteram o padrão geral dos resultados, conclui-se que as evidências encontradas são

robustas às diferentes especificações consideradas.

Tabela 5 – Robustez

	Eleições					
	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Painel A: $Y = hom_{m,t+1}$						
Direita vence	4,386 (10,141)	-7,295 (5,414)	7,735* (4,613)	1,754 (2,884)	3,849 (5,477)	3,705 (4,343)
Observações	66	298	673	777	541	679
Observações esquerda	25	150	333	386	271	303
Observações direita	41	148	340	391	270	376
Bandwidth	0,166	0,154	0,174	0,183	0,189	0,278
Forma funcional	quadrática	quadrática	quadrática	quadrática	quadrática	quadrática
Painel B: $Y = hom_{m,t+1}$						
Direita vence	3,762 (10,204)	-4,353 (5,522)	6,719 (4,860)	1,755 (2,968)	4,997 (5,257)	-1,240 (5,152)
Observações	33	135	355	367	335	254
Observações esquerda	16	61	185	169	168	115
Observações direita	17	74	170	198	167	139
Bandwidth (metade do ótimo)	0,068	0,054	0,069	0,071	0,091	0,072
Forma funcional	linear	linear	linear	linear	linear	linear

Erros-padrão robustos entre parênteses.

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Fonte: Elaborado pelos autores.

7 CONCLUSÃO

Este artigo investigou se, em eleições municipais acirradas entre candidatos de direita e de esquerda, a eleição de um prefeito de direita está relacionada à taxa de homicídios municipal. Para isso, foi utilizada uma Regressão Descontínua (RDD) aplicada às eleições municipais brasileiras realizadas entre 2000 e 2020.

Os resultados não apresentaram evidências de que a eleição de prefeitos de direita esteja relacionada à taxa de homicídios um, dois ou três anos após a eleição. Os testes de robustez e as diferentes configurações de disputas ideológicas produziram resultados consistentes, não indicando relação estatisticamente significativa entre a ideologia do prefeito eleito e a taxa de homicídios.

Esses resultados diferem da maior parte da literatura internacional, mas corroboram estudos que também não encontram relação entre a ideologia dos governantes e indicadores de criminalidade. Parte dessa diferença pode decorrer das especificidades institucionais brasileiras, especialmente da organização da segurança pública.

Este trabalho apresenta três principais limitações. A primeira refere-se à classificação ideológica utilizada. Embora a classificação de Zucco e Power (2023) seja amplamente utilizada na literatura e permita comparações intertemporais, ela é construída com base na percepção de Deputados Federais e Senadores e pode não refletir integralmente a atuação dos partidos nas eleições

municipais. A segunda refere-se às competências dos municípios na segurança pública. Como o policiamento ostensivo é atribuição dos estados, a capacidade de atuação direta dos prefeitos é limitada, embora os municípios disponham de instrumentos capazes de influenciar a criminalidade, como iluminação pública, videomonitoramento e outras políticas urbanas. A terceira limitação está relacionada ao próprio método utilizado. Como o RDD identifica efeitos locais, os resultados não podem ser generalizados para eleições decididas por margens amplas.

Por fim, este trabalho abre espaço para novas pesquisas sobre a relação entre ideologia política e criminalidade no Brasil. Em especial, mostra-se relevante investigar se o alinhamento ideológico entre prefeitos, governadores e Presidente da República, ou a cooperação entre municípios governados por partidos da mesma ideologia, pode ampliar a capacidade de implementação de políticas de segurança pública e produzir alterações nas taxas de homicídios. Também se mostra importante avaliar se esses resultados se mantêm para outros indicadores de criminalidade e diferentes classificações ideológicas dos partidos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARVATE, Paulo; FALSETE, Filipe Ortiz; RIBEIRO, Felipe Garcia; SOUZA, André Portela. Lighting and Homicides: Evaluating the Effect of an Electrification Policy in Rural Brazil on Violent Crime Reduction. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 34, n. 4, p. 1047–1078, 1 dez. 2018. ISSN 1573-7799. DOI: 10.1007/s10940-017-9365-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10940-017-9365-6>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BARBOSA, Emerson Silva. Funções de Polícia: o que faz a Polícia Federal Brasileira? **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 1, n. 1, p. 181–212, 2010.
- BENEDICTIS-KESSNER, Justin de; HARVEY, Matthew; JONES, Daniel; WARSHAW, Christopher. The partisanship of mayors has no detectable effect on police spending, police employment, crime, or arrests. **Science Advances**, American Association for the Advancement of Science, v. 11, n. 3, eadq8052, 15 jan. 2025. DOI: 10.1126/sciadv.adq8052. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/sciadv.adq8052>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- BRASIL. Constituição da república federativa do brasil de 1988, 5 out. 1988. Place: Brasília, DF Publisher: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. n. 9504, 30 set. 1997. Place: Brasília, DF Publisher: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 6 maio 2026.
- CALONICO, Sebastian; CATTANEO, Matias D.; TITIUNIK, Rocio. Robust Nonparametric Confidence Intervals for Regression-Discontinuity Designs. **Econometrica**, v. 82, n. 6, p. 2295–2326, 2014. _eprint: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.3982/ECTA11757>. ISSN 1468-0262. DOI: 10.3982/ECTA11757. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.3982/ECTA11757>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 a 2016. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 73, 2020.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p. ISBN 978-85-87545-48-0.

CIFALI, Ana Claudia; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Public Security, Criminal Policy and Sentencing in Brazil during the Lula and Dilma Governments, 2003-2014: Changes and Continuities. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, Journal of Crime, Justice e Democracy, v. 6, n. 1, p. 146–163, 1 mar. 2017. ISSN 2202-8005. DOI: 10.5204/ijcjsd.v6i1.392. Disponível em: <https://www.crimejusticejournal.com/article/view>. Acesso em: 27 jun. 2026.

DELL, Melissa. Trafficking Networks and the Mexican Drug War. **American Economic Review**, v. 105, n. 6, p. 1738–1779, jun. 2015. ISSN 0002-8282. DOI: 10.1257/aer.20121637. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.20121637>. Acesso em: 26 jun. 2026.

DEPETRIS-CHAUVIN, Emilio; DURANTE, Ruben; GUTIERREZ, Emilio. Party politics, inter-jurisdictional cooperation and law enforcement: Evidence from Mexico. **Journal of Public Economics**, v. 252, p. 105513, 1 dez. 2025. ISSN 0047-2727. DOI: 10.1016/j.jpubeco.2025.105513. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272725002117>. Acesso em: 26 jun. 2026.

DOMÍNGUEZ, Patricio; ASAH, Kenzo. Crime Time: How Ambient Light Affects Crime. **IDB Publications**, Inter-American Development Bank, 20 maio 2019. DOI: 10.18235/0001701. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/crime-time-how-ambient-light-affects-crime>. Acesso em: 10 jul. 2026.

FELTRAN, Gabriel; LERO, Cecília; CIPRIANI, Marcelli; MALDONADO, Janaina; RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Luiz Eduardo Lopes; FARIAS, Nido. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 15, p. 311–348, 2022. ISSN 1983-5922, 2178-2792. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46920>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/37drXYFwTK9hD9rysdFzqzm/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2026.

FERGUSON, Leopoldo; QUERUBIN, Pablo; RUIZ, Nelson A.; VARGAS, Juan F. The Real Winner's Curse. **American Journal of Political Science**, John Wiley & Sons, Ltd, v. 65, n. 1, p. 52–68, 1 jan. 2021. ISSN 1540-5907. DOI: 10.1111/ajps.12508. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajps.12508>. Acesso em: 11 jul. 2026.

FERNANDES, Sérgio Henrique Soares. Tipologia dos sistemas policiais: o caso brasileiro. **ISCPSI/ICPOL**, 2025. ISSN 1646-0367. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/58027>. Acesso em: 14 maio 2026.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico. Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments. **American Economic Review**, v. 101, n. 4, p. 1274–1311, jun. 2011. ISSN 0002-8282. DOI: 10.1257/aer.101.4.1274. Disponível em:

https://benny.aeaweb.org/articles?id=10.1257%2Faer.101.4.1274&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jul. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **O novo sistema único de segurança pública: questões sobre o financiamento da segurança pública**. São Paulo, maio 2019. ISBN 978-85-67450-13-1. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/44>. Acesso em: 6 maio 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Raio-x das forças de segurança pública do Brasil**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/237>. Acesso em: 6 maio 2026.

GELMAN, Andrew; IMBENS, Guido. Why High-Order Polynomials Should Not Be Used in Regression Discontinuity Designs. **Journal of Business & Economic Statistics**, Taylor & Francis, v. 37, n. 3, p. 447–456, 3 jul. 2019. _eprint: <https://doi.org/10.1080/07350015.2017.1366909>. ISSN 0735-0015. DOI: 10.1080/07350015.2017.1366909. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07350015.2017.1366909>. Acesso em: 25 jun. 2026.

GÓMEZ, Santiago; MEJÍA, Daniel; TOBÓN, Santiago. THE DETERRENT EFFECT OF SURVEILLANCE CAMERAS ON CRIME. **Journal of Policy Analysis and Management**, John Wiley & Sons, Ltd, v. 40, n. 2, p. 553–571, 1 mar. 2021. ISSN 1520-6688. DOI: 10.1002/pam.22280. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pam.22280>. Acesso em: 10 jul. 2026.

HOSSAIN, Marup; HOSSAIN, Md Amzad. Political alignment and organized violence: Evidence from Nigeria. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 222, p. 394–426, 1 jun. 2024. ISSN 0167-2681. DOI: 10.1016/j.jebo.2024.04.019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167268124001549>. Acesso em: 26 jun. 2026.

LATERZO-TINGLEY, Isabel. **Political Positions on Public Security**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 18 set. 2024. DOI: 10.2139/ssrn.4960714. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=4960714>. Acesso em: 27 jun. 2026.

LEE, David S.; LEMIEUX, Thomas. Regression Discontinuity Designs in Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 48, n. 2, p. 281–355, jun. 2010. ISSN 0022-0515. DOI: 10.1257/jel.48.2.281. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.48.2.281>. Acesso em: 24 jun. 2026.

LINO, Lillian Lages; DUARTE, Cristiano Parra. Conservadorismo e políticas públicas: um estudo sobre a área de segurança pública entre Rousseff e Bolsonaro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 18, n. 1, p. 320–343, 2024.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. The Ideological “Coherence” of the Brazilian Party System, 1990–2009. **Journal of Politics in Latin America**, SAGE Publications Ltd, v. 2, n. 3, p. 39–69, 1 dez. 2010. ISSN 1866-802X. DOI: 10.1177/1866802X1000200302. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1866802X1000200302>. Acesso em: 3 jun. 2026.

MCCRARY, Justin. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. **Journal of Econometrics**, v. 142, n. 2, p. 698–714, 1 fev. 2008. ISSN 0304-4076. DOI: 10.1016/j.jeconom.2007.05.005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304407607001133>. Acesso em: 26 jun. 2026.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. ISBN 978-0-521-85081-0. DOI: 10.1017/CBO9780511492037. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/populist-radical-right-parties-in-europe/244D86C50E6D1DC44C86C4D1D313F16D>. Acesso em: 16 jun. 2026.

MUNYO, Ignacio; ROSSI, Martín A. Police-Monitored Cameras and Crime*. **The Scandinavian Journal of Economics**, John Wiley & Sons, Ltd, v. 122, n. 3, p. 1027–1044, 1 jul. 2020. ISSN 1467-9442. DOI: 10.1111/sjoe.12375. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/sjoe.12375>. Acesso em: 10 jul. 2026.

NELLIS, Gareth; WEAVER, Michael; ROSENZWEIG, Steven C. Do Parties Matter for Ethnic Violence? Evidence From India. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, n. 3, p. 249–277, 31 out. 2016. ISSN 1554-0626. DOI: 10.1561/100.00015051. Disponível em: <https://doi.org/10.1561/100.00015051>. Acesso em: 11 jul. 2026.

PEREIRA, Leonardo Faustino; RIBEIRO, Sara Carolina Zica. Eu quero imagens, cadê as imagens, comandante Hamilton? A retórica do populismo penal contemporâneo e a ‘democracia da desconfiança’, uma análise dos impactos do populismo penal no contemporâneo complexo punitivo brasileiro. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 1, p. 1–18, 13 maio 2020. ISSN 2525-8036. DOI: 10.35699/2525-8036.2020.15166. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e15166>. Acesso em: 27 jun. 2026.

PLUTOWSKI, Luke; WEITZ-SHAPIRO, Rebecca; WINTERS, Matthew S. Voter Beliefs and Strategic Voting in Two-Round Elections. **Political Research Quarterly**, v. 74, n. 4, p. 852–865, dez. 2021. ISSN 1065-9129, 1938-274X. DOI: 10.1177/1065912920940791. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1065912920940791>. Acesso em: 24 jun. 2026.

POWER, Timothy J.; JR, Cesar Zucco. Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990–2009. **Latin American Politics and Society**, v. 54, n. 4, p. 1–27, dez. 2012. ISSN 1531-426X, 1548-2456. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/elite-preferences-in-a-consolidating-democracy-the-brazilian-legislative-surveys-19902009/684AF7C35C9FC96CCFBD65B1ED8928F4>. Acesso em: 23 jun. 2026.

ROCHA, Fabiana; FERNANDEZ ORELLANO, Veronica Ines; BUGARIN, Karina. Elected in a close race: Mayor’s characteristics and local public finances. **EconomiA**, v. 19, n. 2, p. 149–163, 1 maio 2018. ISSN 1517-7580. DOI: 10.1016/j.econ.2017.10.005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758017300371>. Acesso em: 10 jul. 2026.

SANTOS, Iris Gomes dos; GONTIJO, José Geraldo Leandro; AMARAL, Ernesto F. L. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999–2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 105–131, 2015.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, e24–e39, 27 abr. 2015. ISSN 1984-7289. DOI: 10.15448/1984-7289.2015.1.18077. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/18077>. Acesso em: 3 jun. 2026.

TESTA, Patrick A; WILLIAMS, Jhacova. Political Foundations of Racial Violence in the Post-Reconstruction South. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 141, n. 1, p. 733–794, 1

fev. 2026. ISSN 0033-5533. DOI: 10.1093/qje/qjaf045. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/qje/qjaf045>. Acesso em: 26 jun. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Saiba a diferença entre incorporação e fusão de partidos**. 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Abril/saiba-a-diferenca-entre-incorporacao-e-fusao-de-partidos>. Acesso em: 6 maio 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Study on Homicide 2023**. Vienna, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf. Acesso em: 6 maio 2026.

WAMPLER, Brian. Expanding Accountability through Participatory Institutions: Mayors, Citizens, and Budgeting in Three Brazilian Municipalities. **Latin American Politics and Society**, v. 46, n. 2, p. 73–99, jul. 2004. ISSN 1531-426X, 1548-2456. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2004.tb00276.x. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/expanding-accountability-through-participatory-institutions-mayors-citizens-and-budgeting-in-three-brazilian-municipalities/3BAE570EC6D4CDE115E7B73ECE0300EC>. Acesso em: 10 jul. 2026.

ZONSZEIN, Stephanie; GROSSMAN, Guy. Voted in, standing out: Public response to immigrants' political accession. **American Journal of Political Science**, v. 69, n. 2, p. 718–733, 2025. _eprint: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/ajps.12877>. ISSN 1540-5907. DOI: 10.1111/ajps.12877. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajps.12877>. Acesso em: 26 jun. 2026.

ZUCCO, Cesar; POWER, Timothy J. **The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: Coalitional Presidentialism Under Stress**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 19 jul. 2023. DOI: 10.2139/ssrn.4470209. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=4470209>. Acesso em: 3 jun. 2026.

APÊNDICE

Tabela 6 – Balanceamento das covariáveis por bloco ideológico

	2000			Eleições 2004			2008		
	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias
Características socioeconômicas									
Expectativa de vida	64,51	65,62	0,28	67,16	67,51	0,51	68,00	67,89	0,73
Mortalidade infantil	43,56	37,49	0,22	37,17	36,06	0,57	34,55	35,36	0,52
Taxa de analfabetismo	27,42	22,86	0,21	25,84	24,87	0,55	23,49	23,38	0,91
Índice de Gini	0,55	0,54	0,67	0,55	0,56	0,17	0,55	0,55	0,82
IDHM	0,39	0,43	0,20	0,49	0,50	0,64	0,51	0,51	0,64
PIB	110148,53	268143,58	0,16	101109,21	150108,15	0,30	212836,47	250824,53	0,50
Renda per capita	279,91	273,71	0,88	271,09	289,39	0,38	315,58	307,35	0,57
Características demográficas e geográficas									
População	18647,22	35437,67	0,20	18321,56	22105,88	0,38	20154,18	24097,11	0,18
Área	4126,39	2230,68	0,52	2281,86	3044,78	0,54	1690,16	1569,43	0,79
Densidade populacional	62,62	86,66	0,64	45,49	54,77	0,56	50,21	74,47	0,27
Temperatura média anual	21,91	22,21	0,70	24,11	23,76	0,34	23,11	23,39	0,27
Características políticas									
Comparecimento eleitoral	86,07	86,02	0,98	88,02	86,69	0,08	88,67	88,25	0,34
Prefeito de direita				0,01	0,01	0,97	0,08	0,07	0,45
Prefeito de esquerda				0,02	0,04	0,23	0,04	0,07	0,08
Observações	32	24		117	111		306	305	
Bandwidth		0,135			0,107			0,139	
	2012			2016			2020		
	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias	Direita	Esquerda	p-valor da diferença de médias
Características socioeconômicas									
Expectativa de vida	72,51	72,40	0,61	72,12	72,14	0,94	72,40	72,12	0,25
Mortalidade infantil	20,63	20,88	0,67	21,85	21,70	0,82	21,05	21,55	0,48
Taxa de analfabetismo	18,29	18,20	0,91	20,54	19,94	0,52	18,51	20,13	0,08
Índice de Gini	0,50	0,51	0,09	0,50	0,51	0,83	0,51	0,51	0,74
IDHM	0,64	0,64	0,82	0,63	0,63	0,42	0,64	0,63	0,28
PIB	282856,16	269052,16	0,78	351244,84	274682,40	0,24	570957,42	393447,96	0,20
Renda per capita	447,92	431,63	0,37	407,22	423,70	0,40	437,37	412,38	0,25
Características demográficas e geográficas									
População	20152,23	19667,77	0,83	20959,74	16892,73	0,08	22482,00	17737,52	0,12
Área	1504,89	2357,41	0,17	1208,21	1085,34	0,67	1085,13	1182,39	0,58
Densidade populacional	56,82	57,05	0,99	62,30	51,73	0,34	58,85	55,01	0,83
Temperatura média anual	22,86	22,73	0,60	24,17	23,94	0,42	23,88	24,18	0,29
Características políticas									
Comparecimento eleitoral	86,05	85,69	0,43	86,62	87,05	0,42	84,67	84,53	0,80
Prefeito de direita	0,18	0,21	0,25	0,19	0,23	0,21	0,12	0,09	0,24
Prefeito de esquerda	0,16	0,18	0,52	0,23	0,19	0,16	0,12	0,20	0,02
Observações	328	310		268	269		259	232	
Bandwidth		0,141			0,183			0,144	

Nota: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE, União Europeia e TSE.